

WILMAR JARDIM - Presidente da CDL

Temos presenciado o pouco caso do poder público com a questão dos camelôs. E tem aumentado os informais – estão deixando de coibir. Começamos a trabalhar no início do ano preocupados com dezembro, quando a cidade vira terra de ninguém

Marcos Vieira e Henrique Morgantini

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Anápolis, Wilmar Jardim de Carvalho, conversou essa semana com o *Jornal do Estado* sobre alguns temas que estão ligados ao dia-a-dia do comércio da cidade. Grande parte da entrevista é dedicada à questão do trânsito, uma das principais reivindicações que as entidades classistas fazem hoje aos candidatos a prefeito. No centro há também a discussão polêmica sobre a proibição do estacionamento na Rua Barão do Rio Branco, medida que desagradou os lojistas daquele ponto da cidade.

Wilmar Jardim lembra que foi uma decisão técnica da CMTT, que visava principalmente desafogar o trânsito na principal via sentido oeste-leste de Anápolis. Ele explica que a CDL tem ouvido as reclamações dos lojistas da Barão, que alegam prejuízos, e conseguiu uma nova pesquisa que pretende aferir se há alguma relação entre o estacionamento e o comércio. O presidente da CDL também aborda a questão dos informais e manda um recado ao próximo gestor: “Queremos tolerância zero”. Wilmar aponta soluções para o problema e lembra que é desumano a concorrência de ambulantes com comerciantes que pagam regularmente seus impostos, gerando emprego e renda para a cidade.

“É preciso tolerância zero com os camelôs”

A CDL tem se preocupado muito com a questão da melhoria do trânsito. Essa é a grande reivindicação que a entidade faz aos candidatos a prefeito?

Essa proposta de trabalhar o trânsito da cidade é uma preocupação antiga da CDL. Nós temos conversado muito com a CMTT [Companhia Municipal de Trânsito e Transporte] nestes últimos dois anos, quando começou a aumentar o número de veículos na cidade. E a partir de hoje [20/08] vamos começar a trabalhar a questão junto aos candidatos a prefeito, quando começa os encontros da Acia. Vamos levar essa preocupação para tentar minimizar o problema que existe, porque sabemos que as ações paliativas, em um curto espaço de tempo, passam a não valer mais.

A Rua Barão do Rio Branco sempre está no centro do debate. O que pode ser feito ali? Existe uma solução que agrade a todos?

É uma polêmica a Barão do Rio Branco, principalmente depois do que foi feito lá [proibição de estacionamento]. Agora achar uma solução que agrade a todos é impossível. A medida que a CMTT tomou, nós sabemos disso porque foi muito divulgado, é uma medida técnica para minimizar o problema na parte central da cidade. Porque havia realmente um gargalo na Barão do Rio Branco, que é a única via de acesso no sentido oeste-leste da cidade. A medida foi tomada depois da visita do coronel Gladstone [Aparecido, presidente da CMTT] à CDL, a convite da entidade. Ele expôs o projeto que havia para tentar minimizar o problema sério do Centro. E na visita, em fevereiro, ele levou até a diretoria da CDL o projeto, que começou pela Barão do Rio Branco. O coronel falou também sobre a Manoel D'Abadia, onde houve mudanças para desafogar aquela praça do distrito policial. E naquele momento foi dito que a ação começaria pela Barão do Rio Branco e outras medidas seriam tomadas na Avenida Goiás – inclusive já tivemos a oportunidade de dizer isso para a imprensa – para desafogar o congestionamento na parte da manhã de sábado. Havia a proposta de instituir a área azul no sábado na Goiás, do lado direito, e não seria per-



mitido o estacionamento do lado esquerdo. É uma medida que não foi colada em prática ainda.

Voltemos à Barão do Rio Branco.

A medida na Barão do Rio Branco foi técnica. Recebemos um relatório técnico e depois encontramos com a CMTT porque precisávamos levar a preocupação dos lojistas da Barão, que alegavam e alegam ainda que com a proibição do estacionamento eles tiveram perdas muito altas, inclusive chegando a 70%. O relatório dizia que não havia relação entre a retirada do estacionamento e a perda de vendas, já que os veículos que ali estacionavam eram os mesmos de segunda a sexta – isso não quer dizer que sejam carros dos funcionários e donos das lojas da Barão do Rio Branco, mas pode ser de outras ruas. Talvez o hotel pode ter sofrido perdas, mas os lojistas continuam alegando que houve prejuízo, que a CDL precisava olhar isso. Tentamos junto ao coronel Gladstone e ele se propôs a fazer uma nova pesquisa e assim foi feito. Estamos aguardando essa resposta. Essa pesquisa foi feita com os lojistas, com os funcionários das lojas e com a população que usa a Barão do Rio Branco, além dos motoristas.

A questão da Rua Barão do Rio Branco é uma página virada?

Vamos aguardar essa pesquisa feita pela CMTT. Inclusive tivemos notícia na segunda-feira [18/08] que estava sendo feita a pesquisa nas ruas transversais da Barão do Rio Branco, per-

guntando sobre os veículos estacionados nestes locais.

Como o senhor recebe a crítica do lojista Sultan Falluh, que acredita certo abandono da CDL em relação aos comerciantes da Rua Barão do Rio Branco?

Eu acho que é precipitada, porque os lojistas da Barão possuem representantes, por sinal dois, que estiveram conosco três vezes na CMTT para tratar desse assunto. E não foi só a CDL: havia lá também a Acia, Sincovan, o Sindicato dos Empregados e o presidente da Câmara Municipal, Gérson Santana. E os representantes da Barão do Rio Branco estiveram conosco para tratar exatamente da questão deles. E na última reunião confirmamos essa última pesquisa, que realmente foi feita. Porque levamos para a CMTT uma pesquisa feita pelos lojistas, dizendo da perda. E o coronel Gladstone contratou uma empresa de Anápolis que faz pesquisa para fazer o levantamento mais amplo. É para medir realmente se houve uma relação entre a retirada do estacionamento e a perda do comércio.

Existe a possibilidade de se fazer um estacionamento rotativo, de no máximo 15 minutos?

Se for partir para o lado técnico da medida, não vai resolver. Porque o problema era exatamente a fluidez do tráfego. Se for permitido que se estacione 10, 15 ou 40 minutos, vai congestionar.

Qual a avaliação do senhor em relação ao

Essa questão dos ambulantes é vista com indignação ou já se transformou em revolta? Os lojistas já pensam em tomar providências eles mesmos?

A indignação há muito tempo deixou de existir, nós temos a revolta com tudo isso. Mas no caso as entidades representativas do comércio – CDL, Acia e Sincovan – não podem tomar essa posição. Essa posição precisa partir do poder público municipal. Nós inclusive levamos subsídios ao senhor prefeito e seus secretários. Levamos exemplos como o do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, que no seu primeiro mandato assumiu a bandeira de limpar as ruas daquela cidade. Ele reuniu todo o seu secretariado e decidiu retirar os ambulantes. Inclusive o partido do prefeito, o PT, foi contra porque temia que a medida afetasse ele politicamente. Mas o Pimentel tomou posição e se preocupou acionando a OAB, polícias Militar, Civil e Federal e Ministério Público, fazendo uma força tarefa. Foi desapropriada uma área da prefeitura e construído um local para abrigar todos os cadastrados. Ele deu prazo para que os ambulantes desocupassem as ruas e isso foi cumprido. Estivemos com o presidente da CDL de Belo Horizonte, que também participou dessa ação. Ele explicou que muitos foram retirados com a força policial e que no meio dos ambulantes havia muito marginal, inclusive com mandados de prisão expedidos. Levamos essa idéia à municipalidade daqui, falamos com a CDL de Belo Horizonte e marcamos com o secretário municipal, mas não foi tomada nenhuma providência.

O que um ambulante na porta de uma loja representa para o comerciante que paga imposto?

Ele atrapalha e eu digo que não é só um camelô, mas vários. E acontece do ambulante comercializar a mesma mercadoria que existe dentro da loja. E o camelô vende uma mercadoria sem nota fiscal, sem cobertura, que lesa os cofres públicos. Além disso, muitos deles não possuem licença da prefeitura. E pior: muitos deles vendem mercadoria contrabandeada. Não é mercadoria importada, porque importada é para quem paga imposto, é contrabandeada mesmo. Realmente a situação não é tão simples. Há ambulantes nas portas das agências bancárias das olheiras de quadrilhas que estão ali para assaltar, principalmente os aposentados, pessoas de idade.

que haja um comércio digno. Mas não pode acontecer como no passado, quando foi criado aquele espaço próximo ao Terminal Urbano, inclusive na primeira gestão do Adhemar Santillo. A idéia na época era que os ambulantes colocassem a mercadoria, mas no final da tarde recolheria tudo e fosse embora. Por falta de fiscalização, a prefeitura deixou que fossem construídos aqueles boxes que lá existem hoje. Inclusive há dois anos o Ministério Público embargou aquilo lá, obrigando que fosse feita uma reforma.

Virou especulação imobiliária.

Virou especulação. Um ponto lá é mais caro que em qualquer lugar no centro da cidade. Então é preciso coragem para construir uma área e fazer um recadastramento bem feito. Porque existem pessoas que chegam pela manhã e distribuem mercadorias na mão de oito ou dez. E esses que trabalham na rua como empregados não possuem segurança: eles não possuem carteira assinada, plano de saúde ou qualquer tipo de benefício.

A campanha atrapalha o comércio? Porque tem gente que reclama das bandeiras nas calçadas e a sujeira dos santinhos.

Não atrapalha. O que a gente sente muito é que não é só nesse período de eleição que a cidade fica suja. De janeiro a dezembro podemos presenciar isso e o lojista é o grande culpado também. A CDL tem discutido isso com a classe. O lojista ao abrir seu estabelecimento pela manhã não pode varrer o lixo para rua. Tem que ser feito ao contrário: varrer da porta para dentro, acondicionando o lixo em sacos plásticos, que serão colocados na calçada no final do expediente.

E aquela mania de espalhar papel picado na loja?

Papel picado e som alto afastam o público da loja. O lojista tem que entender que a cidade cresceu.

Mas a CDL orienta o lojista sobre isso?

Inclusive nós acionamos a Postura para prender as caixas de som. A entidade é contrária ao som alto. Se o lojista quer usar o som, que vire as caixas para dentro da loja dele.